



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13548 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT06 - Educação Popular

TRAJETÓRIAS DE VIDA E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE MULHERES CAMPONESAS EM MOVIMENTO(S)

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq - Edital Universal MCTI/CNPq Nº 01/2016

TRAJETÓRIAS DE VIDA E PRÁTICAS EDUCATIVAS DE MULHERES CAMPONESAS EM MOVIMENTO(S)

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar alguns aspectos das trajetórias de vida e práticas educativas de mulheres camponesas em movimento(s) no Território de Identidade do Sertão Produtivo do Estado da Bahia). A compreensão dos dados fundamentou-se na abordagem qualitativa. Para a coleta de dados empíricos realizou-se rodas de conversa, observações, questionário e entrevistas semiestruturadas com mulheres camponesas. Concluiu-se que como filhas de pequenos agricultores elas aprenderam desde cedo as lidas do campo. Suas infâncias foram marcadas pelas dificuldades de sobrevivência e difícil acesso à escola. Encontraram nos movimentos sentido e condições para enfrentarem as discriminações de gênero e as desigualdades de poder existentes na família e na sociedade. As práticas educativas de geração de renda, acesso à água por meio da aquisição de cisternas de consumo e de produção, participação nos cursos de formação e eventos realizados pelo MMC simbolizam o processo de empoderamento das mulheres tanto no aspecto individual quanto no aspecto coletivo e social.

Palavras Chave: Trajetórias de vida, Mulheres Camponesas, Práticas educativas, Movimento(s).

1. Iniciando o diálogo

Este texto objetiva apresentar alguns aspectos das trajetórias de vida de mulheres camponesas em movimento(s) no cenário contemporâneo de mudanças socioculturais do Território de Identidade do Sertão Produtivo do Estado da Bahia. Almejamos também

assinalar algumas práticas educativas realizadas por e/ou com estas mulheres.

A luta das mulheres para garantir seu espaço no mundo do trabalho e a busca incansável por uma sociedade menos desigual é algo que vem sendo construído há anos e, atualmente, os estudos e pesquisas apontam que já podemos ver algumas diferenças e conquistas (REIS, 2014; MARQUES, 2019; GONÇALVES; REIS, 2019). As autoras apontam que as mulheres por meio da organização, participação, resistência e luta estão vencendo algumas barreiras, principalmente na agricultura familiar. Antes eram consideradas apenas como “ajudantes” de seus maridos, atualmente elas se destacam tanto no processo produtivo de alimentos quanto em outras atividades que geram renda familiar e desenvolvimento no âmbito econômico e social no campo. A valorização dos direitos das mulheres camponesas e agricultoras, desde as garantias individuais até as coletivas, dão visibilidade ao trabalho que elas realizam. O acesso às tecnologias sociais e práticas educativas contextualizadas para a convivência com o semiárido contribuem no processo de emancipação e valorização das mulheres agricultoras familiares (REIS; SILVA, 2022).

Apesar de tantos desafios e desigualdades sociais, observamos no decorrer da pesquisa que o campo é um espaço de luta e de resistência e que as mulheres camponesas estão à frente dos embates travados com a sociedade que oprime e exclui, sobretudo as mulheres pobres e vulneráveis. Nesse contexto, observamos que a mobilização das mulheres no espaço campestre, possibilitam a organização social e comunitária, a construção de saberes e o desenvolvimento de práticas educativas de auto-organização por um mundo de igualdade, justiça e liberdade.

Nesse sentido, as mulheres apontam a necessidade de se organizarem em movimento(s) no campo e na cidade, para estudarem gênero e entenderem como se dá o processo das relações sociais entre homens e mulheres, homens e homens, mulheres e mulheres, além de buscar compreender a identidade dos sujeitos e como eles se constituem na sociedade. Nessa perspectiva, a interseccionalidade permite também destacar o caráter plural das identidades dos grupos e dos sujeitos tocados pelos processos de dominação/opressão e articular a proliferação das lutas e das formas de libertação (BARROS; SOUZA, 2020; REIS; EITERER, 2017)

2. A forma que trilhamos os caminhos

A pesquisa fundamentou-se na abordagem qualitativa, uma vez que ela permite uma compreensão dos dados obtidos durante o processo para posteriormente chegar a uma análise mais abrangente acerca do problema delimitado (MINAYO, 2012). Os dados empíricos foram gerados por meio de rodas de conversa, observações com registro em diário de campo, questionários e entrevistas semiestruturadas com mulheres camponesas.

Para a seleção das mulheres, levamos em conta a disponibilidade para participar da pesquisa e a aproximação efetiva ao perfil desejado. As mulheres que participaram do estudo, concedendo-nos entrevistas, foram, portanto, as mulheres em movimento(s) que atuam no

Território de Identidade do Sertão Produtivo do estado da Bahia.

Para acessar as mulheres, pesquisamos números de telefone de Movimentos de Mulheres Camponesas (MMC) e dos sindicatos dos trabalhadores/as rurais na lista telefônica dos 20 municípios que fazem parte do Território de Identidade do Sertão Produtivo. Além disso, fomos à sede do Polo Sindical dos trabalhadores/as rurais da região que fica localizado em Guanambi-BA, apresentamos o projeto de pesquisa e explicamos a necessidade de informações dos sindicatos e/ou de MMC para que pudéssemos entrar em contato e agendar uma visita.

Após a conversa com as lideranças sindicais e/ou comunitárias dos 20 municípios que compõem o Território de Identidade do Sertão Produtivo identificamos a existência do Movimento de Mulheres Camponesas nos municípios de Pindaí, Caculé, Caetité, Palmas de Monte Alto, Iuiú, Tanque Novo, Lagoa Real, Urandi, Candiba e Guanambi.

As mulheres do MMC, com as quais dialogamos nesse estudo, são simples e humildes, porém, com “sangue nos olhos”^[1] para executar com maestria as lidas do dia a dia. Elas são, geralmente, mães, avós, donas de casa^[2], pequenas agricultoras, lavradoras, artesãs e participam de algum movimento e/ou grupo comunitário.

Durante as entrevistas, o que se torna nítido na fala delas é a vontade que seus filhos e netos tenham mais oportunidades de estudo e de trabalho e que não sofram privações do direito à educação e ao trabalho como elas sofreram. Desejam que todas as pessoas do campo tenham uma vida digna, com justiça cognitiva e social.

3. Resultados e discussões

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é composto por mulheres negras, pobres, camponesas, ribeirinhas, quilombolas que pertencem à classe trabalhadora e lutam pelo fim de toda e qualquer forma de violência, opressão e exploração contra a mulher e pela igualdade de direito. Elas se identificam pela produção de alimentos saudáveis, construção de um projeto de agricultura ecológico, pela libertação feminina, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural, construção de novas relações sociais e de gênero e por políticas públicas que atendam aos interesses das camponesas e dos camponeses (MMC, 2020)

Um dos eventos que participamos foi organizado para discutir sobre a Marcha das Margaridas^[3]. Nele, distribuimos um questionário para as mulheres ali presentes e pedimos a elas que respondessem. Aquelas que não eram escolarizadas ou tinham dificuldade em ler e/ou escrever, tiveram o nosso auxílio para ler as questões e elas responderam oralmente. Desse modo, o questionário foi respondido por 25 mulheres. As respostas obtidas revelam-nos que elas são líderes e participantes em associações, grupos organizados, sindicatos, secretárias e/ou organizadoras de reuniões e movimento de mulheres.

Das 25 mulheres que responderam ao questionário, 16 são casadas, sete são solteiras, uma divorciada e uma viúva. Apenas uma mulher solteira têm filhos e quatro mulheres casadas não têm filhos. Ao falarem sobre suas profissões, apenas quatro delas não têm profissão relacionada ao campo, as outras 21 mulheres são pequenas agricultoras e/ou estão em alguma organização voltadas para o(a) pequeno(a) agricultor(a), como por exemplo, participam de cooperativas e de sindicatos de trabalhadores(as) e agricultores(as) rurais, secretarias de instituições e de movimentos.

Por meio das entrevistas observamos que algumas mulheres já conseguem desafiar estruturas machistas e de domínio patriarcal em espaços de decisão e de poder, outras reivindicam o direito de voltar a estudar, viajar, participar de eventos e passam a valorizar seus conhecimentos e compartilhar com outras pessoas e há aquelas que provocam mudanças nas relações domésticas, chamando os homens às suas responsabilidades. As mulheres aos poucos percebem que o empoderamento é um processo que envolve formação, consciência, aprendizagens e trocas de saberes.

As ações realizadas pelas mulheres em movimento(s), dentre elas: a campanha nenhuma trabalhadora rural sem documento; a luta pelo reconhecimento da profissão lavradora e acesso aos benefícios sociais como salário maternidade e aposentadoria; a realização de visitas técnicas e intercâmbios entre grupos de mulheres camponesas; processos de formação na área produtiva (agroecológica) e organizativa (associativismo); a produção de polpas de frutas beneficiadas, de geleias, licores, doces, sucos e biscoitos; a construção de quintais produtivos; as experiências de auto-organização; o desenvolvimento de linhas produtivas e comercialização dos produtos pelas cooperativas e grupos de mulheres camponesas podem subsidiar cursos profissionalizantes ofertados pela educação básica, ensino superior e setores de serviços públicos.

Os resultados da pesquisa evidenciaram que podemos aprender muito com as mulheres em movimento(s). Além disso, destacamos a necessidade de dar visibilidade as práticas educativas realizadas no cenário contemporâneo de mudanças socioculturais do Território de Identidade do Sertão Produtivo do Estado da Bahia caracterizado pela implementação e pela efetivação de tecnologias sociais por meio do Centro de Agroecologia do Semiárido, pelas práticas de associativismo, cooperativismo e economia solidária, pela experiência de escolarização tardia e pela inserção das mulheres no ensino superior e na ciência.

4. Apontamentos finais

Pesquisar sobre as Mulheres Camponesas em Movimento(s) nos levou a compreensões amplas e a identificação de aspectos significativos em relação às práticas educativas desenvolvidas pelas mulheres camponesas, pois mesmo em face aos desafios e embates encontrados no mundo do trabalho, na família e nos movimentos dos quais participam, existem aquelas que permanecem na luta pelas demais companheiras. As práticas

educativas por elas realizadas, vão além do que imaginamos por escolarização, pois ultrapassam os muros da escola e chegam até as relações pessoais e sociais, tradicionais e comunitárias, públicas e privadas entendendo a realidade de cada sujeito e valorizando a sua subjetividade.

Destacamos a importância do empoderamento das mulheres camponesas ao se apropriarem de tecnologias sociais e práticas educativas contextualizadas de convivência com o semiárido. Observamos que os processos formativos na área produtiva (agroecológica) e organizativa (associativismo) desenvolvidos por instâncias formativas (MMC, sindicatos, associações, igrejas, estado, universidades e outras), contribuíram para a melhoria do desenvolvimento social e econômico ambientalmente sustentável, com equidade de gênero, tendo como diretrizes estratégicas o empoderamento e a participação das mulheres nos processos de desenvolvimento local, produtivo e de mercado, com enfoque na cadeia produtiva e no uso sustentável dos recursos naturais do semiárido.

Este estudo nos permitiu uma maior compreensão acerca das mulheres agricultoras, das práticas educativas e das tecnologias sociais utilizadas por elas. Ficou perceptível que as práticas educativas são consideradas instrumentos de emancipação e politização das mulheres camponesas em movimento(s). Percebemos que com o uso das tecnologias sociais, é possível de forma descentralizada, com baixo custo garantir direitos essenciais, como o acesso à água para o consumo humano. Além disso, elas estimulam a criatividade de agricultoras e agricultores, fortalecem nas famílias o sentimento de pertencimento ao seu lugar. Por fim, entendemos o semiárido como lugar de possibilidade, de vida, de saberes e de resistências. Para isso, é preciso existir vontade individual, coletiva e política.

Referências

BARROS, Ana Lídia Pereira de; SOUZA, Lucinete Araújo Pereira de Souza. **Trajetórias de mulheres quilombolas:** escrevendo a história nas sombras das Aroeiras. 2020. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia, Campus XII. Guanambi-BA, 2020.

GONÇALVES, Luma da Silva; REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira. **Práticas Educativas de Mulheres Camponesas:** o que revelam as pesquisas? *In*: SEMINÁRIO GEPRÁXIS, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 6255-6272, maio, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Sonia/Downloads/9226-33368-1-PB.pdf. Acesso em: 6 jun. 2020.

MARQUES, Tatyane Gomes. **Um pé na roça – outro na universidade:** experiências de acesso e permanência de jovens mulheres da roça na Universidade do Estado da Bahia. Tese – (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis: vozes, 2012.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza. **A contribuição da Marcha das Margaridas na construção das políticas públicas de agroecologia no Brasil.** 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MMC - **Movimento das Mulheres Camponesas**. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/45>. Acesso em: 7 jun. 2020

REIS, Sonia Maria Alves de Oliveira. **Mulheres camponesas e culturas do escrito: trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBS**. 2014. 261f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; EITERER, Carmem Lúcia. “Nem tudo são flores”: A interface da Educação Popular e um modo de ser mulher, mãe e líder nas Comunidades Eclesiais de Base. In: **REUNIÃO ANUAL DA ANPED**, 38, 2017, São Luís, MA, 2017. p. 1 – 17. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017. Acesso em: 10 fev. 2023.

REIS, Sônia Maria Alves de Oliveira; SILVA, Mayra Soares. Tecnologias Sociais e Práticas Educativas Contextualizadas para a Convivência com o Semiárido: o lugar das mulheres. **Caderno de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 15, n. 45, p. 48-63, jan./jul.2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/13241/8959>. Acesso em: 10 fev. 2023.

[1] A expressão “sangue nos olhos” significa uma pessoa corajosa, destemida, que enfrenta qualquer situação.

[2] Ser dona de casa não significa possuir uma casa. Essa expressão se refere aos papéis socialmente atribuídos às mulheres casadas no cuidado com a casa como limpar a casa, varrer os terreiros, preparar as refeições da família, lavar e passar roupas, dentre outras funções. (MARQUES, 2019, p. 213).

[3] A Marcha das Margaridas é constituída por mulheres do campo, das florestas e das águas. A principal finalidade desse encontro é a luta pelo direito à saúde, água, educação, liberdade do próprio corpo, pelo fim da violência contra a mulher, agroecologia, democracia e o direito à terra. Para saber mais, sobre a influência da Marcha das Margaridas para o fortalecimento da agroecologia no Brasil, ver Moreira (2019).